

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ESTUDOS COMPARADOS EM ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS  
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

MARIA EDUARDA CALIL JORGE VIEIRA

**O BOTÃO QUE NUNCA DESLIGA: PERSPECTIVAS E QUESTÕES  
RELACIONADAS AO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS POLICIAIS NO RIO DE  
JANEIRO**

NITERÓI

2022

MARIA EDUARDA CALIL JORGE VIEIRA

**O BOTÃO QUE NUNCA DESLIGA: PERSPECTIVAS E QUESTÕES  
RELACIONADAS AO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS POLICIAIS NO RIO DE  
JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Corpo Docente do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientadora:

Prof(a). Dr(a). Andréa Soutto Mayor

NITERÓI

2022

MARIA EDUARDA CALIL JORGE VIEIRA

**O BOTÃO QUE NUNCA DESLIGA: PERSPECTIVAS E QUESTÕES  
RELACIONADAS AO SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS POLICIAIS NO RIO DE  
JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Corpo Docente do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof(a). Dr(a). Andrea Soutto Mayor – Orientadora  
UFF – Universidade Federal Fluminense

---

Prof(a). Dr(a). Klarissa Almeida Silva Platero  
UFF – Universidade Federal Fluminense

---

Prof(a). Dr(a). Luciane Barbosa Patrício Martins  
UFF – Universidade Federal Fluminense

NITERÓI

2022

*A minha família e a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ser meu sustento diário e por ter sido meu alicerce durante esse ciclo tão desafiador e maravilhoso.

Aos meus pais, Regina Calil e Iro Vieira, gostaria de honrá-los com esse trabalho, como fruto de toda dedicação a mim. Obrigada por apoiarem o meu sonho de estar na Universidade, por estarem sempre a postos para me ouvir e acolher. Minha mãe, Regina, que foi incansável ao meu lado, não mediu esforços para me ajudar e investiu todos os recursos e sacrifícios na minha formação. Meu pai, Iro, por ter sido, muitas vezes, meu ponto de calma, a pessoa que sempre tinha uma palavra de amor e tranquilidade, que sonhou tudo isso junto comigo. Essa vitória é nossa!

A Sueli, minha madrinha, minha gratidão eterna por ter sido minha segunda mãe, por ter se orgulhado tanto de mim, por me apoiar e incentivar de todas as formas possíveis.

Ao meu Tio Paulinho, que nos deixou em 2020, dedico essa conquista também a você. Por ter sido tão especial e por proporcionar os momentos de maior alegria e diversão. Onde quer que você esteja, saiba que o elo de amor da nossa família é eterno por você.

Aos meus avós, Jurema e Iran, por sempre terem me oferecido tanto afeto, por serem meus companheiros nessa jornada. Minha amada vó, uma mulher de fibra, a senhora me inspirou muito, por toda coragem e força que emana, não esmorece diante de nada. Eu amo vocês!

Ao meu amor, Felipe Siqueira, por ter sido meu companheiro, por me ouvir e apoiar todos os meus sonhos.

Aos meus tios Calil, Andrea, Adriana, por me apoiar, acolher, ouvir. Tia Andrea, por sempre orar por mim. Essa é a forma de amor mais linda que alguém pode receber.

Aos meus primos, Flávia, Rafa, Pedrinho, Dani, Ruth, Bia (minha afilhada) e Carol. Obrigada por terem sido tão amigos, queridos e por sempre estarem ao meu lado.

Aos meus amigos tão leais, Nath, Fernanda, Isabella, Andressa, vocês tornaram tudo mais leve e divertido durante essa trajetória. A Nath, por ter sido tão minha companheira, pela sua leveza para lidar com o mundo e por se identificar tanto comigo. Tudo valeu a pena!

A Beatriz Fróes e todos os colegas da Delegacia, Waldir, Dr. Ruchester, Hudson, Roni. Minha gratidão por terem compartilhado tanto comigo. Bia, obrigada por sempre me acolher e incentivar.

As minhas professoras, Klarissa Platero e Luciane Patrício. Por terem sido verdadeiras inspirações nessa caminhada, pelas oportunidades, pelo enorme carinho e por desempenharem suas profissões de forma tão nobre. Klarissa, obrigada por ter confiado em mim, pelo seu carinho, pelas trocas e por todo apoio.

A minha orientadora, Andrea Soutto, por ter sido sempre tão carinhosa e por me auxiliar tanto nesses últimos meses. Nossas trocas foram muito enriquecedoras para mim. Você foi incrível. Obrigada por tudo!

Não posso deixar de mencionar, todo o corpo docente e os colaboradores do Departamento de Segurança Pública, em especial ao queridíssimo Cláudio, uma pessoa incrível, que sempre esteve pronto para me acudir e proporcionar boas risadas. Esse Departamento, sem dúvidas, tem um lugar muito especial no meu coração, por ser mais que um Departamento, por ir muito além de todas as suas atribuições. Minha gratidão a todos aqueles que fazem com que seja um lugar acolhedor, de trocas acadêmicas e afetivas, por ter a certeza de ter com quem contar dentro da Universidade. Eu sempre soube que podia contar com vocês, e não foi diferente, obrigada por não terem soltado a minha mão. Dedico essa vitória a todos vocês.

Ao NEPSSE e às Professoras Izabel Nuñez e Juliana Vinuto, minha gratidão por terem me acolhido em um dos momentos que mais precisei e por terem me dado o privilégio de aprender tanto com vocês.

Meu encontro com a Segurança Pública foi um acontecimento que estava escrito, algo programado por Deus. Fui de encontro ao curso de braços abertos, refletindo se aquilo se encaixaria nas minhas expectativas. E logo no meu primeiro dia, nas primeiras palavras do professor, eu sabia que tinha encontrado meu lugar no mundo, a minha vocação. Tudo que ele descrevia ali, era a representação fiel dos meus pensamentos, das minhas reflexões sobre o mundo. E assim permaneci durante todas as fases dessa trajetória, me apaixonando cada vez mais por essa área que escolhi para minha vida.

Por fim, agradeço a mim mesma, por ter sido forte e por não ter desistido desse caminho que foi árduo, mas muito feliz. Finalizo esse ciclo com muito amor ao que escolhi para

minha vida, tendo a certeza que serei imensamente realizada com minha profissão e pronta para os mais lindos e diversos caminhos por onde a vida me plantar.

*Guerreiros são pessoas tão fortes, tão frágeis. Guerreiros são meninos no fundo do peito. Precisam de um descanso, precisam de um remanso. Precisam de um sono que os torne refeitos. É triste ver esse homem, guerreiro-menino com a barra do seu tempo por sobre seus ombros. Eu vejo que ele berra, eu vejo que ele sangra a dor que tem no peito, pois ama e ama. Um homem se humilha, se castram seu sonho. Seu sonho é sua vida e a vida é trabalho e sem o seu trabalho o homem não tem honra e sem a sua honra, se morre, se mata. Não dá pra ser feliz.  
(Um homem também chora – Gonzaguinha)*



## RESUMO

O presente trabalho procura tratar criticamente questões relativas ao sofrimento psíquico dos Policiais no Rio de Janeiro. O cotidiano da Polícia é repleto de artifícios que agravam ou provocam o sofrimento no trabalho, que acabam por desaguar no sofrimento psíquico e nas questões relacionadas a doenças somáticas e ao suicídio. Um aspecto está ligado ao outro e por isso, a análise destes em conjunto, no intuito de apresentar uma análise detalhada e minuciosa, que descreva cada uma dessas questões.

Existem muitos aspectos que implicam no fato da Polícia prestar um bom serviço para a sociedade. Um deles, é a própria relação entre essas, considerada como ambígua e cheia de conflitos. Aspectos como a cultura educacional e a ausência de auxílios psicológicos a esses profissionais são circunstâncias que influenciam também na qualidade de vida e, conseqüentemente, na saúde mental desses agentes.

**Palavras chave:** Polícia, sofrimento, sofrimento psíquico, trabalho.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to critically address issues related to the psychological suffering of police officers in Rio de Janeiro. The daily life of the Police is full of artifices that aggravate or cause suffering at work, which eventually lead to psychological suffering and issues related to somatic diseases and suicide. One aspect is linked to the other and therefore, the analysis of these together, in order to present a detailed and thorough analysis, which describes each of these issues.

There are many aspects that imply the fact that the Police provide a good service to society. One of them is the very relationship between these, considered as ambiguous and full of conflicts. Aspects such as the educational culture and the absence of psychological assistance to these professionals are circumstances that also influence the quality of life and, consequently, the mental health of these agents.

Keywords: Police, suffering, psychic suffering, work.

## **LISTA DE SIGLAS**

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

CAT – Curso de Ações Táticas

COESP – Curso de Operações Especiais

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

RAS – Regime Adicional de Serviço

SIM – Sistema Integrado de Metas

# Sumário

Introdução.....	13
CAPÍTULO 1 .....	16
1 – Algumas considerações sobre o sofrimento no trabalho .....	16
CAPÍTULO 2 .....	19
2 – Sofrimento Psíquico dos agentes de Segurança Pública .....	19
Conclusão .....	33
Bibliografia.....	36

## INTRODUÇÃO

Trabalhar ao lado da morte, ter medo de perder seus colegas, precisar lidar com a pressão social e preocupar-se com os mínimos detalhes do dia a dia de sua profissão: essas são apenas algumas das questões que os agentes de segurança pública enfrentam no cotidiano do Rio de Janeiro. Aliás, a cidade é palco de episódios sangrentos de violência urbana, balas perdidas, mortes dos próprios policiais e diversos outros fatores que recrudescem a violência, e se expressam através de dados estatísticos alarmantes, que ratificam esse cenário de caos. Outra constante que contribui para essa conjuntura, é a questão da morte dos agentes de segurança pública: quase todos os dias surgem informações de que os próprios foram mortos em seus postos de trabalho, a caminho dele ou em suas respectivas folgas.

Esses agentes possuem rotinas de trabalho altamente estressantes e exaustivas, combinadas a locais de trabalho que na maioria das vezes são insalubres, inseguros e com pouca ou nenhuma estrutura para que os policiais consigam seguir suas rotinas de forma equilibrada. Quando dialogamos sobre um local insalubre, automaticamente ligamos essa palavra a um ambiente sujo, sem higiene ou sem mínimas regras sanitárias. No entanto, podemos ligar essa categoria – que inclusive é utilizada pela própria corporação como um fator importante para adicional de salário – à ambientes e equipamentos que não oferecem os meios necessários para que os agentes se sintam confortáveis para se dedicar ao trabalho. São viaturas com defeito, coletes a prova de bala fora da validade, armamentos sem manutenção, atendimentos psicológicos que não conseguem ser ofertados para toda a tropa e mais uma série de problemas que afetam diretamente a maneira pela qual esses policiais desempenham suas funções.

É importante ressaltar aqui, que os serviços de atendimento psiquiátrico ou psicológico, existem dentro da Polícia Militar. A problemática envolvida nisso, é a ausência de um contingente de profissionais que possa, de fato, trabalhar em prol de toda a corporação, atendendo às demandas diárias e tratando os casos iniciais de estresse e sofrimento, para que eles não se tornem uma somatória de fatores que desaguem no suicídio policial, por exemplo. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, só no ano de 2020, o Brasil registrou, oficialmente, 50 mortes por suicídio entre policiais, por isso, a temática que aborda a saúde mental dos policiais se torna objeto de atenção e debate urgente e necessário.

Durante 3 anos da minha graduação em Segurança Pública pela UFF, participei de algumas aulas de um curso promovido pela FESUDEPERJ (Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro), intitulado de Garantias Legais em Territórios Instáveis. O curso contou com um público diversificado, mas muito polarizado se pensarmos sobre as nuances da violência urbana do Rio de Janeiro. Diversos líderes comunitários, agentes de saúde e assistência social, professores e outros atores importantes das comunidades cariocas se faziam presentes e tornavam o debate e os temas em pauta ali extremamente acalorados. No entanto, dois públicos completamente diferentes presentes ali naquele espaço chamavam muito minha atenção: moradores de comunidades cariocas e policiais (militares e civis). De um lado, quem é aterrorizado pela violência, seja pelo poder que as milícias exercem, por guerras entre facções rivais – sobretudo nas periferias do Rio – ou até mesmo pela própria Polícia; que entra nesse cenário no intuito de “intervir nessa disputa mercadológica, tende a potencializar a letalidade dos confrontos e muitas vidas são perdidas” (ALBERNAZ; CARUSO; PATRICIO, 2007, p. 41). E de outro, o policial: aquele que ora é adorado pela sociedade e ora sofre represálias, que é a profissão que convive com a morte, e que também precisa lidar com inúmeras questões relativas ao estresse e ao sofrimento psíquico.

Mas o que mais me inquietou depois de 3 edições do curso, foi, além do sofrimento dos próprios moradores – que ali naquele local poderiam ser ouvidos –, o baixíssimo número de policiais que participavam das conversas. Aliás, nas poucas vezes que participaram, ficavam com receio de falar suas profissões, o que faziam ali e, conseqüentemente, anulavam de certa forma sua participação nas nossas discussões. Assim, eu me senti extremamente sensibilizada pelas falas dos moradores, e em 2019, durante uma conversa com as mães de crianças que moravam em comunidades, decidi que gostaria de abordar em algum momento da minha jornada acadêmica, o sofrimento psíquico que as mães relatavam ali, já que de certa forma o tema estaria ligado com a minha pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida entre 2019 e 2021, orientada pela Professora Klarissa Platero, cujo título era: “Tipificações de mortes violentas – Pesquisa de métodos mistos em segurança pública nos municípios de Niterói e São Gonçalo”. Aliás, a experiência com a Iniciação Científica tem ligação direta com a escolha de todas as nuances do presente tema: o título, escolhas de metodologia, observação de dados, etc.

Por isso, no ano de 2020, participei de um curso no IPPES (Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio), que tratava sobre suicidologia. Resolvi, portanto,

abordar no trabalho de conclusão questões relativas ao sofrimento psíquico das crianças que viviam em comunidades e eram afetadas pela violência de alguma forma. Quando finalizei minha apresentação, uma policial civil que estava presente disse que também participou do Curso da Defensoria em 2017 e havia se sentido sem representação e, de certa forma pressionada, pelos discursos e debates tratados lá.

Aquela fala foi a fagulha para que eu começasse a refletir também sobre a saúde mental dos policiais na realidade do Rio de Janeiro. De lá para cá, decidi me debruçar sobre esse tema que vem ganhando uma notoriedade lenta, gradual e polêmica, mas que ainda não possui a importância que merece. Além disso, saúde mental e sofrimento psíquico da classe policial é um tema amplo, que merece recortes e atenções para áreas específicas.

Nesse sentido, a pergunta que vem à tona é: como profissionais que lidam com o maior bem tutelado pelo Estado, que é a vida – ou seja, um bem altamente sensível – trabalham sob tensão, com regimes de serviço altamente estressantes, poucas folgas e cansaço de sobra? É uma lógica sem explicação, uma conta que não fecha e que respinga nos próprios trabalhadores ou na sociedade, que passa a ser refém de uma Polícia que apresenta um grande adoecimento psíquico e que quase nunca deixa claro quais os protocolos operacionais padrões de suas atuações.

Por isso, os objetivos deste trabalho, centram-se em refletir sobre as possíveis relações existentes entre o trabalho exercido por agentes de segurança, especialmente da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e o desenvolvimento do sofrimento psíquico por parte desse conjunto de profissionais.

Buscarei também, trazer alguns dados que apontam e discutem como anda a saúde mental das Polícias no Brasil e como é pertinente dialogar sobre o tema, tendo em vista que ele ainda aparece como um grande tabu, não só para a sociedade como um todo – com foco em assuntos sobre a saúde mental da população no geral e nos temas relacionados ao suicídio – mas principalmente para os agentes de segurança pública. Um dos objetivos é também, elucidar as questões trazidas e questionadas aqui, a fim de realizar uma análise íntegra sobre o tema proposto.

## CAPÍTULO 1

### 1 – Algumas considerações sobre o sofrimento no trabalho

Dentro da temática dos fatores que levam profissionais de segurança pública ao adoecimento psíquico, não podemos deixar de considerar uma rotina de trabalho exaustiva, com salários baixos e injustos. A remuneração imprópria e as rotinas de trabalho duplicadas, reforçam aspectos como a corrupção entre a tropa e acabam por não oferecer o descanso necessário entre os dias de trabalho para que esses profissionais se recuperem física e mentalmente do cotidiano. Não é incomum, achamos Policiais trabalhando em suas folgas; seja desempenhando plantões adicionais dentro da própria Polícia – os chamados RAS (Regime Adicional de Serviço) – ou fazendo os famosos “bicos”, desempenhando funções como a de um “segurança particular”. É certo que os plantões com os devidos tempos de intervalo, foram feitos e planejados para que os agentes possam descansar, principalmente, no aspecto mental, um dos elementos mais exaustivas dessas rotinas, mas o curioso é observar que nem a própria Instituição consegue perceber o valor de um descanso.

Ao ingressar na carreira policial, a preocupação que esses profissionais carregam, pode ser triplicada. Isso porque, eles precisam lidar com pressões psicológicas que envolvem, inclusive, risco de vida. As inquietações como manter a profissão em sigilo, minimizar riscos ou proteger a família são só algumas das ponderações que podemos apontar quando dialogamos sobre esse contexto. Os aspectos citados, vão para além da vida do próprio policial, porque se estendem também as suas famílias, suas redes de relacionamento e amizade. Desde os aspectos mais simples da vida cotidiana dos indivíduos, como ter a liberdade de não se preocupar onde vai pendurar as roupas para secar, aos mais complexos como decidir como será composto seu círculo de amizade mais íntimo: tudo pode representar risco para os agentes de segurança pública. Assim como aborda SOUZA, *et. al* (2012)

Os constantes riscos a que o policial militar se expõe em função do exercício da sua profissão levam-no, geralmente, a sentir medo, por si mesmo e por sua família, tanto de ser reconhecido como agente da segurança nos períodos de folga do trabalho, quando aumenta seu risco de vitimização, como de ser agredido e morto no desempenho das suas funções. Esse medo é uma forma de defesa do corpo e do espírito dos que vivem sempre alerta aos perigos. No entanto, quando o estado de tensão e o desgaste físico e emocional são



constantes, eles podem gerar diversos prejuízos à saúde e à qualidade de vida, dentre eles, estresse e sofrimento psíquico. (p.1)

Dessa forma, identificamos que os policiais levam um estilo de vida completamente peculiar. Isso porque, em grande maioria, eles possuem um senso maior de desconfiança, buscam ambientes que ofereçam pouco risco para si e para a família e seus círculos de amizade se concentram, na maior parte dos casos, em seus colegas de profissão. O porte de arma também é uma grande influência para que os policiais acumulem mais um fator de estresse, tendo em vista que eles enxergam a necessidade de ficar em estado constante de alerta, sendo em regime de trabalho ou em suas folgas, isso não importa, para eles a função de ser policial é 24h por dia.

Fica praticamente inviável, portanto, que os policiais trabalhem em esquemas de plantão 12x36 horas, sendo que nas horas que, com lógica, são projetadas para o descanso, muitas vezes eles continuam trabalhando. De fato, é uma conta que não fecha, já que quando os policiais estão desempenhando suas rotinas normais de trabalho, eles estão sempre expostos à grandes riscos, à situações que demandam muito esforço físico e desgastes mentais e por isso, a folga serviria justamente como um momento de descanso e relaxamento para o corpo e a mente. Logo se vê que, em algum momento, essa situação pode ocasionar sérios danos a esses profissionais.

Seguindo essa lógica, observa-se que o funcionalismo público brasileiro no geral, possui uma má gestão de recursos humanos, que se mostra fraca e insuficiente. Aliás, é muito provável que a maioria das pessoas ligue o termo recursos humanos a aspectos relacionados à área privada, e não imagine que ele também seja aplicável ao funcionalismo público. E não há como deixar de destacar a importância de uma boa gestão de recursos humanos para a Polícia no geral, com dedicação à aspectos como o reconhecimento, cuidado, a valorização e com foco em, verdadeiramente, gerir pessoas e compreendê-las de forma empática, promover treinamentos e proporcionar um ambiente de trabalho de qualidade. Sem dúvidas, a gestão de recursos humanos da Polícia Militar deixa muito a desejar, tendo em vista que uma boa gestão de pessoas, passa por muitos aspectos que, de fato, ou não existem ou carecem de mais eficácia nas corporações.

Durante muito tempo, o Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas (SIM) da PMERJ (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro), visava premiar os agentes de Segurança Pública por produtividade, boas práticas e ações de integração. Nesse sentido,

pode-se dizer que o sistema funcionava como uma forma de incentivo ou de uma “sedução” para que esses agentes cumprissem metas, se sentissem importantes, pertencentes à corporação e que produzissem cada vez mais, com a promessa de que se atingissem o objetivo, receberiam uma bonificação financeira. É o que VIEIRA (2014), descreve como “sedução organizacional”:

E para ilustrar um pouco mais esse discurso organizacional caracterizado acima, o final da mensagem da área de Recursos Humanos conclui: “Junte-se a nós. Contamos com a sua energia para ir cada vez mais longe!” Aponta-se o recurso discursivo inicialmente como elemento sedutor (FREITAS, 1999). A sedução se traveste de uma promessa. “Concorra!”. “O lugar é para poucos!” “Mas os que conseguirem serão recompensados, pois vão trabalhar na maior empresa do Brasil!”. “Queremos ir cada vez mais longe. E contamos com sua energia juvenil, para isso!”. Dedicção. Recompensa. O conceito de “sedução organizacional” remete-se ao que não está explícito, ao que não é dito, mas está lá, para ser decifrado. Nesse sentido, entende-se que a sedução é uma parte do discurso, pois está subjacente. A análise do discurso organizacional vai além da linguagem, pois tenta interpretar a dinâmica que envolve interesses distintos. Busca, também, entender como as pessoas utilizam estratégias comunicativas, para revelar ou ocultar esses interesses (SIQUEIRA, 2009). Resumindo: a sedução organizacional é delineada, nesse debate, como um aspecto discursivo, que tem o intuito de alimentar uma ideologia, uma dominação, segundo a qual os trabalhadores são convidados a “vestir a camisa” da empresa, mesmo que isso lhe custe sacrificar sua saúde pessoal. (p. 8)

No entanto, o incentivo ou a busca, para que o profissional produza cada vez mais, guarda consigo o aspecto de mostrar o quão o indivíduo pode ser útil, ou como ele é importante para a corporação, mas ainda deixa implícito o fato de não resguardar sua saúde mental. Isso demonstra, portanto, o foco que a Instituição tem no cumprimento de metas e bons resultados, mas a insuficiente preocupação com o bem-estar da tropa. É preciso entender que para ter bons resultados, com uma polícia que apresente bom desempenho de suas funções, é primordial que a Instituição como um todo zele por seus profissionais. Sem cuidado e reconhecimento, dificilmente teremos uma Polícia que apresente, de fato, resultados satisfatórios.

Vamos dialogar, então, sobre as consequências dos aspectos ligados ao sofrimento no trabalho para os agentes de segurança pública. Sem dúvidas, o fato de entrar em sofrimento no trabalho, gera uma série de danos psíquicos, doenças somáticas, ansiedade,

depressão, síndrome do estresse pós-traumático e uma lista infindável de males que podem resultar em uma saúde mental que pode estar liquidada, aliadas a aspectos que podem levar até mesmo ao suicídio. Apesar desse último ser considerado um último estágio, ou a *ultima ratio* na escala da saúde mental, há de se levar em conta que o suicídio de um ente querido, ou de um colega de trabalho, não acaba quando aquela pessoa decide tirar a própria vida. Ele vai além, deixando rastros que podem se tornar irreversíveis, se refletimos sobre o suicídio policial, por exemplo. Por isso, aprofundaremos o olhar para os muitos efeitos dos elementos citados neste capítulo.

## CAPÍTULO 2

### 2 – Sofrimento Psíquico dos agentes de Segurança Pública

Dialogando sobre o adoecimento psíquico e os fatores que o desencadeiam, podemos citar DEJOURS (1998), trazendo para o debate a questão das doenças somáticas. Assim, o autor aponta que:

A desorganização a qual sucumbe o doente não se traduz por sintomas mentais, mas pelo aparecimento de uma doença somática. [...] As doenças somáticas aparecem sobretudo em indivíduos que apresentam uma estrutura mental caracterizada pela pobreza ou ineficácia das defesas mentais (falta de vida onírica ou de atividades fantasmáticas, ausência de sintomas psiconeuróticos, má qualidade do funcionamento mental). (p.120)

As doenças somáticas aparecem, então, como um reflexo do adoecimento mental. E os sujeitos expostos ao sofrimento, passam a apresentar sintomas de doenças no trato geral do corpo e não notam, que a causa seria ligada a má qualidade do funcionamento mental. Por isso, aponta-se a importância do corpo policial poder contar com acompanhamentos médicos periódicos e preventivos, exames, testes de aptidão física e outras formas que possam combater, prevenir ou diminuir os impactos do aparecimento de doenças somáticas e de tantas outras que se ligam ao sofrimento psíquico. Sem dúvidas, o zelo da Instituição para com sua tropa, passa também pelo reconhecimento do trabalho desempenhado pelos policiais.

O reconhecimento é um importante balizador para a saúde mental desses trabalhadores e como já dito, zelo inspira reconhecimento. Por isso, a valorização do trabalho, aliada a um ambiente seguro e que promova o bem-estar dos trabalhadores,

emprestam legitimidade e sentido para o desempenho das funções diárias. Por isso, VIEIRA (DEJOURS, 2006, op.cit. VIEIRA, 2014), aponta que:

Do reconhecimento depende na verdade o sentido do sofrimento. Quando a qualidade do meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. [...] Quando há precarização do trabalho e do ambiente de trabalho, aumenta-se o risco de sofrimento psíquico, na medida em que não se vê sentido no trabalho. (p. 209)

Da mesma forma que há a esperança de reconhecimento por parte da Instituição, há também a expectativa de que a sociedade como um todo não só reconheça, mas valorize o trabalho policial. No entanto, a relação sociedade *versus* polícia é um tanto quanto ambígua e conflituosa, passando pela distinção das classes sociais feitas pela própria polícia, o que fomenta essa relação onerosa. Da mesma forma que enxergamos a sociedade e a mídia enaltecendo o trabalho policial, paralelamente, constatamos também ataques e constantes descréditos aos mesmos. A distinção entre as classes sociais entra na diferença do tratamento dispensado pelos policiais à moradores de comunidades e moradores da zona sul, por exemplo; e não há como negar que o tratamento se difere.

É inegável que os policiais enfrentam um alto grau de estresse ocupacional, em níveis de análise que ultrapassam os limites para uma saúde mental estável. O estresse como doença, surge a partir do momento no qual as exigências do ambiente de trabalho persistem para além da capacidade de adaptação do indivíduo. Os sintomas de estresse podem variar desde um mero desconforto, à sintomas que causam prostração e esgotamento, aliados a outros que podem ser extremamente graves em um caso de estafa. Aliás, segundo COUTO (1987) nos casos de estresse ocupacional, deve-se levar em conta as tensões no trabalho e podemos considerar “tensão, um estado no qual o indivíduo é desviado do seu nível natural de relaxamento.” (MORAES, 2000). Ora, se a tensão é um ponto fora da curva no nível de relaxamento, então os policiais estão em constante tensão; seja na hora de uma operação ou de uma abordagem, o que, muitas vezes, desagua em uma relação maligna com a população, bem nas situações mais rotineiras de atuação da própria Polícia.

Por isso, não faz sentido a lógica de que profissionais que lidam com o maior bem tutelado pelo Estado – que é a vida – tenham a saúde mental prejudicada, ou estejam, em suas rotinas, movidos por grande estresse e exaustão. Não é ideal que os policiais

trabalhem dessa maneira, alarmados ao extremo ou em condições ruins de trabalho. Certamente, ser policial exige um nível de reflexo, ou de alarme maior que as demais profissões, ou além dos quais um indivíduo normalmente possa ter. A grande questão, por exemplo, vem quando o policial está alarmado demais, pronto para ter uma atitude explosiva, enxergando risco em qualquer pessoa, tendo em vista que esse tipo de comportamento pode não ser adequado ao dia a dia, a rotina, ao habitual.

Dialogar sobre a saúde mental da Polícia, também diz sobre a forma com a qual ela lida com a sociedade, tendo em vista que a população que possui uma Polícia bem treinada, equipada e com a saúde mental equilibrada, certamente, apresentará uma boa relação com a mesma, e uma corporação que desempenhará suas funções de forma plena e eficaz, oferecendo um serviço de qualidade para a sociedade. Para além dessa questão, não há como não citar a importância do reconhecimento que esses profissionais precisam para executarem bem suas atribuições em serviço. O reconhecimento social ou dentro do próprio ambiente de trabalho, empresta sentido e legitimidade até mesmo para a forma com a qual os indivíduos entrarão em sofrimento, assim como cita DEJOURS (1988):

Vê-se, portanto, que as condições sociais e éticas do par contribuição/retribuição são determinantes na construção do sentido do sofrimento e no engajamento dos sujeitos nas questões da cidade. Em contrapartida, a ausência de um sentido socialmente construído capaz de substituir o sofrimento vivido individualmente, tem consequências na evolução efetiva, mental e somática do doente, fora de uma construção social do sentido do sofrimento o risco principal é o non-sense da doença. A consequência disso é o desânimo, a decepção, às vezes até o desespero, que sabemos que muito contribuem para acelerar o curso dos processos mórbidos. (p.166)

É importante salientar a necessidade de os Batalhões oferecerem serviços de atendimento multidisciplinar aos seus profissionais. Isso porque, antes mesmo do adoecimento psíquico demonstrar sinais de sua presença, podemos notar diversos indícios que a própria saúde física passa a transparecer. E a presença de profissionais que possam cuidar da saúde dos policiais como um todo, é a chave para que eles não cheguem à sintomas de sofrimento psíquico que os façam atingir seu limite e por isso, passarem a apresentar ideações suicidas, transtornos de ansiedade graves e estresses pós-traumáticos severos. O que pouco se vê também, é a presença de profissionais que possam auxiliar os

policiais na chegada de uma Operação, após a perda de um colega, após um episódio alto de estresse ou até mesmo para queixas do dia a dia.

Até 2016, segundo a Revista Naval de Psicologia, havia, em todo o Rio de Janeiro, 92 psicólogos para atuarem junto a toda a corporação da Polícia Militar. O BOPE (Batalhão de Operações Especiais), por exemplo, possui um serviço de psicologia direcionado e especializado, focado, principalmente na psicologia ocupacional, na seleção de candidatos para os cursos do COESP (Curso de Operações Policiais) e CAT (Curso de Ações Táticas) e no acolhimento ao policial. VICENTE (2016), define a psicologia operacional como:

Quando se fala em "Psicologia Operacional" é necessário ter em mente que o que se pretende é o estudo, a pesquisa e a aplicação do saber psicológico junto às ações de segurança pública e defesa nacional. O objetivo principal deverá ser sempre a promoção dos Direitos Humanos, e uma melhor qualidade de vida para toda a comunidade envolvida e possível de ser afetada por variadas ações. A psicologia deverá contribuir para a minimização dos riscos, e dos erros. (p.138)

O BOPE, possui, então, um Serviço de Psicologia que poderia ser seguido pelos demais segmentos da Polícia Militar, como um modelo de serviço que tem excelentes bases e fundamentos na prestação desse serviço aos policiais. Eles desenvolvem diversas ações que parecem se mostrar eficientes nos cuidados e reconhecimentos do trabalho policial, como por exemplo as ações psicoeducativas, o acolhimento ao policial e suas famílias, a desmobilização, as entrevistas de desligamento – que é quando um policial, por algum motivo, se desliga dos cursos do COESP E CAT e passa pela entrevista com o objetivo de avaliar se aquele profissional possui condições psíquicas de voltar ao trabalho – e uma série de serviços que contribuem para que esses profissionais desenvolvam suas funções de forma satisfatória e estejam com a saúde mental equilibrada.

Dentre os serviços de psicologia ofertados pelo Batalhão, destaca-se as ações psicoeducativas e o acolhimento ao policial e à sua família. Esse tipo de infraestrutura, revela “uma aproximação dos policiais com a psicologia” (VICENTE, 2016) e esse tipo de aproximação, faz com que os psicólogos consigam identificar tanto as demandas gerais (da tropa), quanto as individuais. De fato, é essencial que os policiais consigam enxergar verdadeiramente essa aproximação com a psicologia, a visão de que ela pode ser a mão amiga deles em diversas situações rotineiras que eles enfrentam. E dessa forma, possam

quebrar o tabu na hora de pedir ajuda, de dizer que estão passando por algum problema ou que estão enfrentando questões sobre sua saúde mental.

No entanto, se outros Batalhões e Companhias de Polícia não possuem serviços de qualidade como esse, a conta parece não fechar. Isso porque, os policiais do BOPE atendem a ocorrências mais específicas e são um serviço de “última resposta”, são os que chegam após o acionamento, muitas vezes, dos próprios policiais, que estão ali, na rua, tendo contato com todo tipo de situação, são eles quem direcionam os chamados aos serviços necessários à cada ocorrência. Assim, seria necessário que esses profissionais que estão em contato direto com os mais diversos tipos de situação, fossem os que tivessem mais acesso, ou um acesso mais pleno a serviços de psicologia de qualidade, bem estruturados e com uma boa gestão de recursos desses serviços.

Para entender um pouco mais sobre a saúde mental desses agentes, não podemos deixar de levar em conta a conturbada relação que a Polícia tem com a sociedade, sobretudo com os moradores de favelas, territórios nos quais quase sempre a entrada das tropas provoca mortes e excessos em abordagens e nos mandados que buscam cumprir. Ao passo que em muitas situações, os policiais são considerados como “heróis da sociedade”, em outras os julgamentos de suas ações são contundentes e rigorosos. Aliás, o fato de considerá-los como “heróis” traz uma narrativa que pode ser prejudicial para os próprios policiais. Isso porque, essa descrição, no policial, pode refletir como a figura de uma pessoa invencível, que pode ou precisa sacrificar sua vida em prol da sociedade, ou que ele não pode se abater diante das adversidades enfrentadas na carreira. Ou seja, pedir ajuda diante da perda de um colega ou ao identificar sinais de sofrimento psíquico, se torna um martírio, porque como poderia um “herói” sofrer ao ponto de expressar seus sentimentos ou até mesmo precisar de um afastamento?

Talvez a projeção de que esses profissionais são ou devam ser fortes, invencíveis e devam dar a vida pela carreira, mostre, no entanto, que ao invés de despertar esse sentido da invencibilidade, de serem cada vez mais fortes, os torne na verdade, profissionais extremamente frágeis, com uma saúde mental sem qualidade e altamente vulneráveis ao sofrimento psíquico. É preciso que essa imagem seja, de certa forma, modificada, tendo em vista que eles precisam entender que podem expressar seus sentimentos, que isso não é um aspecto negativo, que podem pedir ajuda e que nem sempre eles precisam dar a vida, se arriscar ou em um “ato de bravura” colocar a vida de outras pessoas em risco. A desconstrução dessa imagem de “herói” deve trazer consigo aspectos que coloquem o

profissional de forma mais humana, com suas incertezas, dúvidas e problemas. É certo que é uma nobre profissão, que zela pela sociedade, pela integridade dos cidadãos, pela segurança pública, pelos problemas relacionados à ordem pública, mas também é formada por seres humanos, que possuem suas questões e que, sem dúvidas, merecem um olhar mais empático e atencioso.

Entretanto, o modelo do policial herói é uma armadilha, que pode chegar a ser fatal, tanto para os policiais quanto para a sociedade. O caso extremo é o do policial guerreiro, estimulado a combater a qualquer custo o inimigo interno, contemporaneamente encarnado na figura do narcotraficante, com altos custos para as comunidades (mortes em confronto, violações aos direitos humanos, etc.) e para ele mesmo, conforme os agravos à sua saúde mencionados acima. (CANO, 2013, p.597)

Diante dessa perspectiva, a sociedade apresenta muitas cobranças em relação à Polícia: enquanto uns cobram ações mais contundentes e precisas, outros cobram até mesmo que as forças policiais matem indivíduos suspeitos ou envolvidos com o crime. No entanto, pouco se vê a sociedade cobrando políticas em prol da Polícia, solicitando aos governantes ações efetivas que possam colaborar para uma Polícia que possa desempenhar sua função de forma plena. Da mesma forma que também, é necessário que a Polícia deixe de ser utilizada como bandeira eleitoreira e passe a ser vista como uma Instituição humana, composta por pessoas que precisam de um olhar mais atento e empático. Aliás, é muito cômodo para alguns, incentivar a Polícia – e com isso inflar o ódio da sociedade – a “mirar na cabecinha e... fogo!” ou a ser cada vez mais violenta e atacar qualquer indivíduo que esteja em uma ação considerada suspeita. Poucos se preocupam em dizer que para que os agentes possam desempenhar bem suas funções, eles necessitam de reconhecimento, cuidado, bem-estar físico e mental. E quando se fala sobre reconhecimento, não estamos só falando de honrarias, cerimônias e premiações, estamos falando de mostrar o quão importante é o trabalho da Polícia através de melhores salários, boas condições de trabalho, disponibilização de atendimentos médicos e psicológicos regularmente.

Outro aspecto que não podemos deixar de observar, são as características de mecanismos disciplinares dentro da Instituição, com foco, sobretudo na formação e nos treinamentos que esses profissionais recebem antes de mesmo de se tornarem policiais. As barreiras entre as hierarquias, muitas vezes dificultam o diálogo entre membros da própria corporação, ocasionando rugas que podem ser mais um gatilho para situações de



estresse e sofrimento psíquico. Uma rede de relacionamento saudável entre esses profissionais, é fundamental para o desenvolvimento de uma atividade que demanda confiança e apresenta risco à vida de todos. A formação educacional recebida pelos mesmos apresenta características que reforçam aspectos que levam ao adoecimento psíquico, tendo em vista que pode provocar crises de identidade nas Polícias Militares e segundo MUNIZ (2001, p. 178):

É interessante notar que os cidadãos não estão sozinhos quando reivindicam transformações substantivas no ensino policial. Segmentos expressivos das próprias polícias ostensivas, particularmente as novas gerações de oficiais das Polícias Militares que ingressaram em suas corporações nos últimos vinte anos, também têm ajudado a engrossar o coro pela reforma policial, em especial, as mudanças na sua formação profissional. Suas falas explicitam o teor da insatisfação com os saberes e treinamentos recebidos quando afirmam, por exemplo, que se sentem "inseguros e com as mãos algemadas" ao estarem nas ruas de nossas cidades porque, entre outras questões, o que aprendem nas academias de polícia não corresponde aos desafios atuais da prática policial. De fato, esses jovens policiais têm razão: "a prática policial é outra coisa" [...] As insatisfações dessa nova geração de policiais militares, sobretudo no que concerne à formação educacional recebida, são um dos aspectos mais visíveis da crise de identidade vivida pelas Polícias Militares brasileiras.

A crise de identidade desses policiais fica mais evidente se observarmos a fala de um policial retratado no início do artigo de MUNIZ (2001), cujo diálogo fala:

O oficial de polícia precisa ter uma identidade própria. O nosso problema é que estamos em uma encruzilhada entre coisa alguma e coisa nenhuma. Que tipo de profissional estamos formando com essa vidinha de caserna? Isto nos serve? Nós precisamos formar um especialista em segurança pública. (p.1)

Além disso, o fato de citarem estar "inseguros e com as mãos algemadas" (MUNIZ, 2001), representa um grande descolamento entre teoria e prática, entre a academia e a rua. E esse é mais um fator que contribui para que esses profissionais estejam em constante sofrimento, pois como eles vão executar algo que não aprenderam? Como vão lidar com situações de risco, lidar com a vida das pessoas, sem ter aprendido o que fazer com elas? Estar em constante tensão, como para um novato, que enxerga que aquilo que aprendeu não apresenta relação alguma com o que se apresenta para ele? Não faz sentido um profissional que lida com o risco da própria vida, e com a vida da sociedade como um todo, aprender os aspectos ligados à sua profissão na prática e no imprevisto.

Ainda dialogando sobre a formação que esses profissionais recebem para se tornarem policiais, revelam questões que os tornam endurecidos quanto à percepção do estresse e dos sofrimentos que podem aparecer ao longo da carreira. Treinamentos hostis, falta de humanidade e empatia nas relações entre superiores e praças e tratamentos altamente rígidos são só alguns dos fatores que podemos apontar quando falamos sobre esse aspecto. Isso tudo significa que, o profissional absorve a forma como é tratado e, muitas vezes, deixa isso refletir durante sua atuação como policial, promovendo abordagens excessivas e tratamentos incabíveis aos indivíduos. Seguindo essa lógica, identifica-se claramente um abismo entre as formas pelas quais os policiais tratam moradores de favelas e periferias e moradores de zonas de classes sociais mais altas.

Talvez a ausência de programas mais amplos para esses atendimentos, ou a ausência de um número suficiente de profissionais que possam atender a essas questões, seja reflexo da própria falta de humanidade da Instituição para com seus profissionais, caracterizada pela eventual ausência de empatia dos superiores para com seus soldados quando ele perde um colega, pelos tratamentos vexatórios e humilhantes que os praças recebem nos cursos de formação e pela própria ausência de cuidados com a tropa. É fato que, antes dos policiais ingressarem em suas carreiras, eles têm anuência do risco que vão correr, mas a maioria acredita que irá gostar desse tipo de atuação e é motivado por ele. A questão, é falta de reconhecimento do trabalho pela própria Instituição, ou a presença de inúmeras e rígidas avaliações físicas e psicológicas antes do ingresso na corporação, mas depois, nem sequer exames periódicos são realizados para acompanhar os aspectos mentais e fisiológicos dos mesmos. Por isso, existem algumas alternativas quanto aos treinamentos e ensinamentos apresentados à Polícia, como cita MUNIZ (2001):

De certa maneira, tem-se aprendido com as próprias tentativas de mudança. Muitas são as ideias em circulação no debate público. Alguns atores entendem que qualquer formação oferecida aos policiais pelas próprias polícias, estaria previamente condenada ao empobrecimento, uma vez que reproduziria, no limite, os vícios históricos das culturas institucionais vigentes nas corporações. Para estes, a formação policial deveria ser entregue às universidades, já que estas constituem os fóruns privilegiados e independentes de produção de ciência e conhecimentos úteis a todos os ramos profissionais. (p.13)

Apesar da segurança pública ser temática de debates e campanhas eleitorais, pouco se vê – quando a pauta é uma eleição – candidatos e figuras representantes do Poder

dialogando ou colocando em pauta a saúde mental e o adoecimento psíquico dos agentes de segurança pública. Aliás, raramente vemos ações concretas ou políticas públicas que sejam voltadas para tratar essa questão, mesmo que a segurança pública seja uma grande bandeira eleitoreira. O que se sabe é que o número de suicídio entre esses profissionais vem aumentando cada vez mais, confirmando a premissa de que o adoecimento não recebe nenhum tipo de tratamento preventivo ou atenção devida. O suicídio pode ser considerado, portanto, a *ultima ratio* entre os fatores de saúde mental, estresse e adoecimento psíquico.

Isso porque, é como se os aspectos da saúde mental, principalmente, sobre o adoecimento psíquico, fossem como uma “escadinha”, com um avanço gradual até que se chegue ao suicídio – mas isso, é claro quando provavelmente não se tem um cuidado ou um tratamento preventivo – e antes passando por uma série de questões sobre o adoecimento, mostrando sinais, inclusive físicos, de que a saúde mental não está bem ou que precisa de ajuda. Aliás, esses sinais que muitas vezes esses profissionais apresentam, podem parecer para eles uma certa “fraqueza”, tendo em vista que eles possuem essa percepção de que devem ser fortes sempre, mas isso seria, na verdade, apenas um sinal de que eles precisam de ajuda, de que necessitam de um olhar mais atencioso ou empático.

No entanto, talvez o preconceito em torno do tema da saúde mental como um todo – isto é, colocada para toda a sociedade e não só para os agentes de segurança pública – impeça que muitos profissionais procurem ajuda ou se sintam à vontade para dizer o que os aflige. A diferença entre o tabu que existe para a sociedade como um todo e para os policiais, é que esses profissionais possuem a premissa de que são pessoas fortes e heroínas, capazes de suportar qualquer dor, até o adoecimento da mente. E quando esses policiais ingressam em suas carreiras, por exemplo, há uma grande expectativa de que serão heróis, pessoas invencíveis, com “super poderes”, contudo, ao entrar na Polícia, eles já passam a se defrontar com questões relativas ao adoecimento.

Além disso, no dia a dia, esses profissionais enfrentam diversas regras, padrões, questões militarizadas que bloqueiam o fato deles poderem desempenhar, em algum momento, seus potenciais de criatividade. CODO (1993), afirma que, na maioria das vezes, o trabalho se associa mais a ideia de sofrimento e, automaticamente, exclui o trabalho de sua linha afetiva, e a transfere apenas para a família. Como consequência disso, o trabalho passa a se tornar algo insuportável.

Isso revela um aspecto que, sem dúvidas, vai gerar sofrimento psíquico e uma série de insatisfações que se juntam a outras dificuldades que eles enfrentam no dia a dia. É importante também entender, ou tentar entender como a Polícia enxerga e considera seus profissionais, se ela coloca ou não políticas de saúde à disposição desses profissionais.

Quando um policial se torna então, um agente de segurança pública, ele acaba se diferenciando da sociedade como um todo. Isso porque esse profissional agrega diversos fatores inerentes a sua profissão que o fazem se diferenciar; estamos falando de coisas como o distintivo, a farda e o armamento. E isso faz com que a violência esteja muito mais direcionada aos corpos que possuem essas características, fazendo com que eles estejam muito mais vulneráveis do que qualquer outro indivíduo. Por isso, esse é mais um dos muitos fatores que podem gerar sofrimento psíquico na classe policial. Eles sabem que estão muito mais expostos, às vezes até um pouco indefesos em um caso de estarem em um grupo de policiais com número inferior do que pessoas que serão abordadas, por exemplo.

Muitos são os efeitos causados por esses fatores da vulnerabilidade e da exposição maior, tendo em vista que além de provocar o sofrimento, faz com que esses profissionais fiquem cada vez mais amedrontados com as situações, estejam a maior parte do tempo alarmados e atentos a tudo que acontece no seu redor. Um grande exemplo disso, é que muitos policiais não conseguem enxergar seus corpos longe da arma, minutos longe dela parecem uma grande eternidade, é como se ela fosse uma parte do corpo desses profissionais. E o resultado disso, é mais sofrimento, mais um fator que se acumula aos muitos outros que se apresentam a uma profissão desvalorizada e com pouco ou nenhum reconhecimento. São, portanto, sofrimentos desnecessários, se refletirmos sobre a necessidade de políticas que estejam voltadas para essas questões, com o objetivo de sanar, ou pelo menos, amenizá-las.

Cumprido destacar também, que as emoções passam a ser cerceadas pelo mesmo tabu que assombra as questões de saúde mental. Eles não podem sentir medo, por exemplo, é como se sentir medo de alguma situação fosse algo vergonhoso, ou o transformasse em alguém fraco. De fato, as emoções ficam extremamente aprisionadas, fazendo com que cada sentimento se torne, então, um martírio para esse profissional. É como se o profissional fosse uma panela de pressão, que acumula uma série de sofrimentos, ao longo de um período de tempo, e sem poder externalizar seus sentimentos,

uma hora, explodisse. Essa explosão pode ser caracterizada, na vida desse profissional, como uma série de efeitos do sofrimento: pode ser através do suicídio, de doenças ligadas ao coração ou transtornos ligados à ansiedade, depressão e síndrome do pânico.

Outro fator que torna o sofrimento ainda mais agudo e desigual, é o aspecto de gênero, tendo em vista que a polícia é composta por homens e mulheres. Para além desse diálogo, o sofrimento das agentes mulheres, pode ser dobrado. E isso porque elas vivenciam o acúmulo de uma sociedade patriarcal, dentro de uma Instituição altamente militarizada. Assim, como mostra esse estudo, de SOUZA *et al* (2007):

O presente estudo encontrou que apesar das policiais mulheres tirarem mais férias, viajarem mais e irem a cinemas nas folgas, cogita-se que essas atividades podem ser realizadas sozinhas, o que pode reforçar a suposição da solidão como agravante do sofrimento psíquico. Os homens demonstraram estar envolvidos, em grande parte, com atividades em grupo (em clubes ou praticando esportes). Esse dado parece confirmar a tese de Fuhrer de que as mulheres têm um maior número de pessoas próximas a elas, enquanto os homens têm maior rede social. (p.7)

Soma-se, portanto, questões relativas ao assédio sexual, o fato de serem subjugadas apenas por serem mulheres e muitos duvidarem de sua capacidade de executar suas funções como agentes de segurança pública. E isso representa mais um grande fator de exclusão e de grave adoecimento psíquico.

Falar sobre sofrimento psíquico, é dialogar também sobre as questões relativas à perda, a dor do luto e as maneiras pelas quais esses indivíduos enfrentam essas situações. A dor do luto quase sempre é silenciada, motivo pelo qual, mais uma vez esses profissionais não expressam suas emoções e seus sentimentos. É uma dor que se torna rapidamente passageira, que os agentes não comentam ou refletem muito sobre. E isso se deve ao fato de que se eles pensarem ou falarem muito sobre o assunto, correm o risco de entrar em crise, pensando que o próximo a ser morto ou passar por uma situação parecida, pode ser ele.

Então, é necessário que eles aprendam a lidar com a dor e o luto de forma mais inteligente, ou talvez mais empática. Observamos, então que se isso acontece em situações nas quais esses indivíduos foram mortos, essa lógica se multiplica quando falamos sobre o suicídio, tendo em vista que o suicídio de um agente de segurança

pública, é marcado, muitas vezes pelos símbolos da profissão: arma, farda, distintivo. Isso mostra, então, como esse suicídio se aproximaria dos fatores ligados à sua profissão.

O afastamento dos agentes também gera grande preocupação. Não que o afastamento seja um problema ou um obstáculo para a corporação. Mas ele se torna isso quando aparece como uma das únicas soluções às questões sobre a saúde mental dos policiais e também como um fator que não precisaria ser gerado, caso essa conjuntura de adoecimento fosse tratada de forma preventiva. Aliás, a necessidade do tratamento preventivo sobre essas questões fica clara quando refletimos que ele passaria por uma série de atividades básicas, como de relaxamento, descompressão, oferecimento de locais apropriados e bem equipados para a prática de atividade física e promoção do lazer, promovendo, então mais saúde e bem-estar entre os policiais da corporação.

Falando sobre dados, é extremamente necessário que as Polícias levem o sofrimento psíquico a sério e criem ou explicitem suas bases de dados sobre a temática. Principalmente, quando se fala sobre os números do suicídio. O ano de 2020, por exemplo, registrou uma baixa nos dados em comparação com o ano anterior, e isso, muito provavelmente, se deve ao fato de que muitas polícias relataram que não registraram nenhuma ocorrência de suicídio policial em suas corporações. Sem dúvidas, esse tabu precisa ser vencido, superado, tendo em vista que prejudica as próprias corporações quando a ausência de divulgação, não permite que políticas sejam pensadas para auxiliar casos de sofrimento psíquico, ideações suicidas ou o suicídio consumado. Sofrer não deve ser motivo de vergonha, muito menos de tabu, vontade de se esconder e não mostrar o que, de fato, está se passando com sua saúde mental.

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia do COVID-19, um vírus que mudou radicalmente a vida da população em nível mundial. Isolamentos, quarentena, *lockdown* e políticas de *home office* marcaram o início de uma doença que fez com que o mundo mergulhasse em um universo completamente desconhecido e que amedrontava os indivíduos. Ao passo que a maioria das profissões pôde permanecer trabalhando em casa, outras, por serem consideradas serviços essenciais, não puderam parar um segundo sequer. Foi o que aconteceu com a segurança pública, uma área que não para e trabalha, 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. Aliás, para além de serem considerados parte de um serviço essencial, os policiais passaram a desempenhar diversas funções – como por exemplo, fiscalizar a entrada de pessoas nas vias principais das cidades, observar o uso correto de máscara e aplicar multas – que não faziam parte de seu

dia a dia e, conseqüentemente, tiveram seu ritmo de trabalho aumentado. E não foram só as novas funções que intensificaram os trabalhos desses profissionais.

A exposição a qual esses agentes eram submetidos, fez com que centenas de policiais fossem infectados e afastados de suas funções. Os dados dão conta que um em cada quatro policiais civis e militares precisaram se ausentar de suas funções em decorrência da Covid-19, significando um número absoluto de 130.946 profissionais, assim como aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020). Cerca de 472 policiais morreram por conta da doença:

Não se trata aqui de estabelecer causalidades diretas entre a ocorrência da pandemia e o aumento na vitimização policial, mas de ressaltar a sobrecarga sem precedentes nas instituições pelo impacto da pandemia de Covid-19. Muitos profissionais de outras categorias puderam realizar o trabalho remotamente, mas aqueles da segurança pública, por estar na categoria de serviço essencial, não tiveram essa opção. Portanto, tiveram que continuar nas ruas, nas investigações, nos atendimentos, visando garantir a segurança da população, um direito fundamental. (p.53)

Afastamentos, perdas de colegas de profissão, risco de vida e acúmulo de novas funções são só algumas das particularidades que a pandemia somou à vida desses profissionais. Gerando, sem dúvidas, ainda mais sofrimento psíquico e acúmulo de questões que tornaram suas rotinas ainda mais exaustivas e extenuantes. Esses profissionais passaram, então a desempenhar funções que não estavam presentes em suas rotinas, somando-se as baixas que a corporação sofria com os afastamentos e as mortes por COVID, contribuindo para a lista infindável de motivos pelos quais esses profissionais entram em sofrimento.

Sendo assim, podemos inferir que existe uma série de motivos pelos quais os policiais entram em sofrimento no trabalho, e conseqüentemente, em sofrimento psíquico. O sofrimento pode até ser considerado um aspecto inerente ao ser humano, e a todas as profissões em um aspecto geral, mas o que gera preocupação com os agentes de segurança pública, é que esse sofrimento pode sair de seu próprio controle, passando a oferecer risco tanto para o próprio policial quanto para a população em geral. É como se cada fator que gera o sofrimento, fosse um conta-gotas, que depositasse sua parcela de contribuição, em algo que é uma bomba relógio, e que pode explodir a qualquer momento.

Por fim, há de se levar em conta que algo precisa ser feito. Ações de prevenção ao suicídio e ao próprio sofrimento psíquico se fazem fundamentais nesse momento, especialmente se considerarmos o aumento significativo de relatos de dor e sofrimento por parte dos agentes de segurança.



## **Conclusão**

Não restam dúvidas que promover mais ações de cuidado para com os trabalhadores da segurança pública, com foco, principalmente, em prevenir o adoecimento físico ou psíquico, contribui para uma melhora nos serviços prestados à população. Logo, ao cuidar da saúde dos agentes de segurança pública, a Instituição Policial também automaticamente zelará pela sociedade, incentivando ações mais precisas, abordagens proporcionais e proporcionando uma relação mais saudável entre sociedade e policiais. A própria exteriorização dos Procedimentos Operacionais Padrões utilizados pela polícia, podem contribuir para uma relação de maior confiança, com uma Polícia que sabe e entende seus mecanismos de atuação, que sabe de suas permissões, que entende sua atuação.

Cumprir destacar, a importância de a Instituição dedicar-se aos aspectos que possam atuar de forma preventiva ao adoecimento psíquico. Antes que ocorram episódios como suicídio, ataques de pânico, crises de ansiedade ou que algum desses possam ocorrer em meio a uma operação policial, ou em momentos que coloquem a vida da população e do próprio policial em risco. Ora, não é nem um pouco prudente que profissionais que lidam diretamente com a vida, tenham pouca ou nenhuma assistência de saúde mental, tendo em vista que para que esses profissionais consigam atuar de forma plena em suas atividades, é imprescindível que estejam com a saúde mental em boas condições. Além disso, sabe-se também que a profissão em si, não oferece circunstâncias favoráveis para que os policiais tenham uma saúde mental de qualidade. Por isso, cabe a Instituição fornecer os meios necessários para que seus profissionais possam atuar de maneira digna no cotidiano.

Isso pode ser feito não só através de cuidados com a saúde física e mental, mas através de bons salários, oferecimento de atividades que promovam o bem-estar desses policiais, um monitoramento periódico de saúde, que demonstre como anda a higidez dos profissionais, juntamente com um corpo de profissionais especializados e que possa acompanhá-los periodicamente. O cuidado com a promoção da saúde através da atividade física e a instalação de espaços que deem conta de suprir essa necessidade: como

academias bem equipadas, pistas de corrida, campos de futebol ou até mesmo grupos de apoio entre os próprios policiais para que possam, eventualmente, dividir suas angústias, compartilhar com os colegas como podem vencer desafios parecidos que possam enfrentar.

Com isso, destaca-se a importância de o contingente de psicólogos serem direcionados aos Batalhões, de forma que os policiais possam estar em contato direto com esses profissionais. No entanto, a presença precisa ser efetiva e constante, de forma que os policiais possam sentir aproximação e intimidade com a importância de um acompanhamento psicológico. Uma boa forma de executar e promover isso, é através do acolhimento das famílias dos agentes e com atividades psicoeducativas, que os tornem mais próximos desses profissionais, da psicologia e da sua importância para sua profissão.

É certo que no meio policial, a dificuldade em tratar esse tema é duplicada, porque é um ambiente que se mostra muito endurecido, seguido pela lógica de que chorar ou demonstrar fraqueza, é motivo de chacota ou risada entre os colegas, ou entre os próprios superiores. Por isso é necessário que a Polícia esteja sempre dotada de bons líderes, pessoas que saibam gerir a tropa, aconselhar e ouvir, ao invés de ridicularizar ou não dar atenção. Líderes estes que estejam atentos aos sinais de sofrimento ou a pedidos de ajuda, que tenham atitudes e olhares empáticos, com a sensibilidade necessária. Talvez não seja uma tarefa fácil mudar a forma com a qual os Comandantes ou os indivíduos que lideram uma tropa lidam com o sofrimento psíquico, no entanto, existem formas completamente possíveis de auxiliá-los a dialogar com essas temáticas. Através de cursos de reciclagem, oficinas, seminários e formas que os ensinem a lidar com essas questões.

É de suma importância que essas soluções sejam propostas, no intuito de apontar que apesar dos agentes enfrentarem essas questões, com um pouco de vontade e com uma boa política de gestão de pessoas, é possível que esse problema seja, pelo menos, minimizado. Para além disso, se dialogarmos sobre políticas públicas e propostas para esses agentes, é necessário que, enfim, que a Polícia em si, deixe de ser uma bandeira eleitoreira e passe a ser, de fato, uma pauta que os líderes políticos, se esmerem para desempenhar um bom trabalho. E isso, não significa dizer que o foco tenha de ser apenas em armamentos mais pesados e treinamentos, por exemplo, mas sim, que há a necessidade de que a dedicação seja voltada ao reconhecimento do trabalho desses policiais, de exaltar a importância de eles cuidarem da saúde mental e com isso, garantir meios que permitam o acesso a um serviço psicológico de qualidade. É mais fácil usar frases de efeito e inflar,

muitas vezes o ódio desses agentes com elas, do que cuidar da Polícia, porque não é uma tarefa fácil; não é qualquer política, não são profissionais qualquer, são demandas específicas, que desempenhadas com qualidade, podem atuar no auxílio de validar esses discursos que tanto desejam uma Polícia que desempenhe uma função de qualidade.

## **Bibliografia**

ALBERNAZ, E.R.; CARUSO, H.; PATRÍCIO, L. **Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupo de Policiamento em Áreas Especiais**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020

CANO, Ignácio. Uma polícia para o século XXI: comentário sobre o artigo de Minayo e Adorno. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 596-598, 2013.

CODO, W. et al. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DA SILVA, Alexandra Valeria Vicente. O Serviço de Psicologia do Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro. **Revista Naval Psicologia em Destaque**, v. 5, n. 05, p. 36-41, 2017.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Daniellie Bráz Rocha; FERREIRA, Soraia Aparecida Alves; PORTES, Patrícia Cristina Paiva. **Estresse e qualidade de vida no trabalho na polícia militar do estado de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2001.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira et al. A crise de identidade das polícia militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 187-198, 2001., 2001.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 1297-1311, 2012.

VIEIRA, F. O. Quem vê cara, não vê coração: aspectos discursivos e eufemísticos da sedução organizacional que disfarçam violência e sofrimento no trabalho. **Revista Economia & Gestão** – v. 14, n. 36, jul./set. 2014.

**Links utilizados**

<https://ippesbrasil.com.br/noticias/boletim-ippes-2020-um-panorama-do-suicidio-policia-no-brasil/>